

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4ª
(QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sob a proteção de Deus, tenho a honra de declarar aberta a presente sessão ordinária, de terça-feira, 10 de fevereiro, de 2015.

Convido o Deputado Agaciel Maia para secretariar os trabalhos da Mesa.
(Pausa.)

Convido o Deputado Bispo Renato para secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista.
Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos.

Sra. Presidente, em primeiro lugar, quero manifestar o sentimento do nosso bloco, dos nossos Deputados, com relação a esse pacote do governo. Acho que vale a pena registrar a forma como o Governador Rodrigo Rollemberg tem conduzido esse processo.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		2

Marcos Dantas, quero parabenizá-lo – digo isto com muita tranquilidade –, porque neste governo, em apenas dois meses, já estive mais vezes com V.Exa. do que com o ex-Governador Agnelo em quatro anos. E olha que naquele governo fui Secretário de Estado por um ano! Poucas vezes consegui estar com o Governador.

Deixo bem claro que essa é uma condução que, sem dúvida alguma, ajuda bastante, contribui com esse processo. Temos muitas dificuldades. Entendo que é prematuro votar esses projetos. Aachamos que existe a possibilidade de se encontrarem alternativas, até para não desgastar tanto esta Casa nem o próprio Governo.

Acho que a população não aguenta mais aumento de impostos. Sei que o momento é complicado, é difícil, e que se está buscando uma saída, uma solução, mas a majoração de impostos não pode ser a primeira alternativa.

Pode até ser que ela venha, e quero deixar bem claro que o nosso bloco não é contrário à votação. O que a gente gostaria era de discutir isso, para encontrar uma saída. Talvez este não seja exatamente o momento. Agora, se tiver que ser, será, e vamos apoiar. As medidas impopulares talvez sejam adotadas, desde que tragam um resultado imediato. Disso, temos que estar convencidos.

Por exemplo, o ICMS do combustível. Já temos um combustível... Estamos no rol das dez unidades da federação que têm o combustível mais caro. Se houver essa majoração, talvez estejamos entre os três, e isso gera uma série de transtornos que realmente nos deixa preocupados.

A mesma coisa é o ITBI. Apesar de o secretário ter buscado, ainda temos dúvida. Sendo dentro do que o secretário falou, é possível, sim, votar e aprovar, mas volto a dizer: só não precisa ser imediatamente.

Quero pedir que haja, por parte desta Casa, uma tranquilidade para que votemos os projetos que são necessários, mas no momento certo. Eu acho que não há necessidade dessa sangria desatada, mas volto a dizer que há o nosso reconhecimento por parte do governo numa tentativa de achar solução para a grave crise pela qual o Distrito Federal passa, e deixando bem claro – ouviu, Deputado Raimundo Ribeiro, que é o Líder do Governo? – que o nosso bloco não se impõe às medidas, desde que nós estejamos convencidos de que os resultados são eficientes e imediatos. No entanto, se a majoração só vai ser no ano que vem, nós temos aí mais alguns dias para discutir isso. Eu acho que o que se pede hoje é isso.

Eu gostaria de deixar bem claro que o nosso bloco pretende votar a ARO hoje, incondicionalmente, porque nisso aí nós precisamos dar uma resposta aos professores, aos servidores da saúde, que estão sendo penalizados pelo erro do governo. E eles não podem pagar por isso. Falo do governo passado, deixo bem claro.

Gostaria também de pedir para que fosse incluído na pauta, o projeto dos defensores públicos que já foi votado em primeiro turno.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		3

A última questão é a dos nossos companheiros da Polícia Civil. Hoje a polícia está sangrando. Sem efetivo, a violência tende a aumentar, então é necessário que a gente comece a pensar na questão das nomeações, deixando bem claro que o caso da polícia, que é regida pela Lei do Fundo Constitucional, Lei nº 10.733, não está alcançado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essas são minhas considerações. Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, sem interromper a fala do Deputado Wellington Luiz, mas já interrompendo, quero pedir a V.Exa. que autorize a abertura da galeria para o público que quer assistir à sessão democraticamente aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à Segurança da Casa que autorize a abertura da galeria, por favor.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Quero somente fazer um destaque em relação à importância da votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 74, de 2014, que se refere à Defensoria Pública do Distrito Federal. Esse projeto já esteve aqui, já foi votado em primeiro turno e acredito que a defensoria pública tem um papel fundamental no processo democrático, principalmente defendendo aqueles que são mais necessitados. É uma sinalização desta Casa votar esse projeto, para valorizar esta instituição, Deputado Wellington Luiz, como V.Exa. muito bem colocou: votando este projeto, esta Casa estaria valorizando aquela instituição que cuida dos mais pobres.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado.

Sra. Presidente, finalizo parabenizando a forma como o Governador Rodrigo Rollemberg tem construído a relação com os Parlamentares: sem promiscuidade, chamando para discussão, pedindo o apoio. Muitas vezes, nós vamos dizer não; mas nós vamos dizer não, Deputado Renato Andrade, de forma respeitosa, porque eu acho que a forma como o Governador tem tratado os Deputados na questão do diálogo é exemplar.

Com certeza absoluta, esse é um passo importante para ele construir uma excelente relação, seja com a base, seja com a Oposição; com independência, disso eu não tenho dúvidas. O Governador está no caminho certo.

Muito obrigado.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Só para esclarecimento, Deputado Chico Vigilante, a galeria já estava aberta. Inclusive, já havia gente lá em cima.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Como diz a Presidente Dilma, Senhora Presidenta... Na verdade o pessoal faz uma confusão com a Dilma, mas isso é um decreto da época de Juscelino Kubitschek. Foi ele que institui, através de um decreto, que as mulheres tinham que ser tratadas assim. Portanto, Sra. Presidenta Deputada Celina Leão, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho expressado a nossa posição, a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores, com relação a esse pacote de medidas encaminhado pela Secretaria da Fazenda, por meio do Governador Rodrigo Rollemberg. Aí existem algumas coisas que têm que ficar claras, Deputada e Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. que é Líder do Governo.

Na verdade, essas medidas que estão sendo sugeridas não são novas. Não é uma ideia nova, porque o núcleo da Secretaria da Fazenda que está lá, de técnicos, Deputado Wellington Luiz, é o mesmo. O que mudou foi só a cabeça. Foi só o secretário. Eles tinham pensado isso para o Governo Agnelo. O projeto chegou a ser elaborado, Deputado Chico Leite. Nós, juntamente com o nosso secretário de plenário, o companheiro Willemann, convencemos o Governador de que não deveria mandar, pois o pacote concebido da maneira como foi concebido é terrível, porque não faz justiça social.

Na verdade, eu, que moro no setor P Sul, na QNP 18, aumentei a minha casa, é um sobradinho de dois pavimentos. O que deve ser feito: o cadastramento de todas as habitações do Distrito Federal antes de se pensar em qualquer aumento, porque aí, quem aumentou a casa pagará mais. Quem continua com a sua casinha padrão x, Deputado Wellington Luiz, não pode pagar o mesmo que o outro está pagando.

Portanto, eu quero aqui parabenizar o jornalista Arthur Paganini, que fez um trabalho de fôlego, que destrinchou o pacote, ouviu todos os lados, e o *Correio Braziliense* traz hoje, claro, num trabalho excepcional para a cidade de Brasília, a alma do pacote. Existem algumas coisas com as quais eu tenho certeza absoluta de que o Deputado Raimundo Ribeiro não concordará. Há um condomínio, Deputado, que – se o projeto virar lei, não acredito que vá virar – terá um aumento de 659%. 659%! Como o limitador é 20%, Deputado Rafael Prudente, Deputado Ricardo Vale, os moradores levarão 39 anos para completar a garfada que está sendo dada hoje. Serão 39 anos. Ficará para os bisnetos. Para cada ano, 20% mais INPC; 20% mais INPC... Alguém suporta isso?

Em canto nenhum do Brasil isso foi feito. O último governo que aumentou o IPTU foi o Governo Arruda – e foi negociado dentro desta Casa porque o projeto

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		5

original que veio foi rejeitado na sua concepção. O Deputado Raimundo Ribeiro, me parece, era Líder do Governo Arruda na época, era Deputado, participou da negociação que reduziu para 16,7%, e aí a Casa aprovou de uma vez.

Portanto, o que o governo deve fazer neste momento? Retirar o projeto e debater com a sociedade. Está ali o setor produtivo, o representante do SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, que veio aqui para dizer que essa taxa do ITBI é terrível. Haverá mais contratos de gaveta, Deputado Chico Leite. Em vez de aumentar a arrecadação, ela diminuirá.

No caso da gasolina, nós já pagamos a sétima gasolina mais cara do Brasil. Se aumentar o ICMS da gasolina, talvez passaremos para a terceira mais cara. E aí não adianta querer citar Goiás, porque lá o que aconteceu foi o seguinte, Deputado Ricardo Vale: o Governador Marconi Perillo precisava dar uma arrumada nas estradas de Goiás e criou uma taxa, por tempo determinado, sobre o etanol, o óleo diesel e a gasolina. Depois que ele terminasse de arrumar as estradas, suspenderia a taxa. Mas o que está sendo colocado aqui é para o resto da vida dos moradores do Distrito Federal, em uma cidade que é movida a cabeça, tronco e rodas. A população aqui anda de carro porque é obrigada; não é opção, ela é obrigada a andar de carro.

Existem outros mecanismos, e estamos dispostos a colaborar. Já levantamos que dá para encontrar facilmente 6 bilhões sem precisar dar essa garfada no contribuinte. Portanto, eu quero fazer um apelo a esta Casa, e independe se é base de governo ou Oposição, pois o que está em jogo é a cidade. Estamos dispostos a votar o projeto dos defensores em segundo turno e a ARO, mas vamos discutir o resto. Essa é a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores. Inclusive, com o fatiamento que houve na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, eu desafio qualquer Deputado aqui a me dizer se sabe o que está votando. Nem o gênio Deputado Chico Leite, que é da Comissão de Constituição e Justiça, consegue explicar o que está votando. Então, como vamos votar no escuro?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, uma questão tem de ficar bem clara, e V.Exa. a colocou muito bem: são as dúvidas. Por exemplo, o ITBI: o nosso bloco hoje não se sente confortável, porque não sabemos o que o projeto contém. Então, sobre o ITBI, até para que possamos saber se vamos votar contra ou a favor, temos de conhecer o projeto materialmente, o que não é o caso. Assim, pedimos que os projetos venham, para que os discutamos e estejamos em condições de votar. Como V.Exa. disse bem, com o fatiamento que aconteceu hoje, dificilmente o Parlamentar sabe o que está votando, e essa é uma questão de muita responsabilidade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado. Incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V.Exa. Encerro agradecendo a Sra. Presidente.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria de aproveitar esse Comunicado de Líderes para fazer alguns esclarecimentos que acho necessários em decorrência de ter sido minha a relatoria do Projeto de Lei nº 141, de 2015, e do Projeto de Lei nº 142, de 2015, que estão sendo submetidos ao Plenário.

Inicialmente, o projeto que busca o saneamento das contas do Distrito Federal viria junto com o aumento de algumas alíquotas, como a do ICMS e a do ITBI – quando se vende um imóvel escriturado em cartório, paga-se uma taxa de 2%, mas o governo quer alterá-la para 3%; a do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, um imposto que se paga a cada ano; e a da TLP – Taxa de Limpeza Pública.

Após uma longa discussão dentro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ficaram acertadas algumas coisas. Inicialmente, alguns benefícios viriam junto com esses aumentos. Estamos aumentando de 3% para 3,5% a alíquota da gasolina e do diesel, principalmente, e estamos reduzindo, através de um projeto específico de benefício, a do álcool, dentro da tese de sustentabilidade, ou seja, dando-se a opção por um combustível que polui menos.

Tanto para a concessão dos benefícios, como para a eliminação de um benefício, que seria o IPVA zero para quem vai à loja e compra um carro novo – só paga o IPVA no ano seguinte –, tem que haver uma votação de maioria qualificada, ou seja, 16 votos favoráveis. Nos demais casos, a votação é por maioria simples, ou seja, nós precisamos de 13 Deputados e precisamos que 8 dos Deputados presentes votem favoravelmente.

Depois de longa discussão dentro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ficou acertado que, para ser viável a votação e a aprovação na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e na Comissão de Constituição e Justiça, nós excluirmos desse projeto, através de emendas de relatoria, todos os benefícios: a isenção dos produtos de cesta básica; a isenção do IPVA na compra de carro novo; a redução do imposto sobre o etanol. Nós retirármos esses itens junto com o IPTU e a TLP e votaríamos só, exclusivamente, a alteração da alíquota do IPVA – mantendo a isenção de fora –, o aumento do imposto sobre gasolina e óleo diesel e o aumento do ITBI de 2% para 3%.

Então, em essência, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que nós estamos votando hoje seria uma condição preliminar, considerado esse conjunto simples, pois o que sobrou praticamente é acessório, considerando o pacto mandado pelo governo, Deputado Chico Vigilante. Nós tiramos praticamente 90% do aumento de impostos. Estamos votando isso apenas para fazer uma contrapartida à votação da ARO – Antecipação de Receita Orçamentária –, que tem três faces: depende do Executivo, depende da nossa aprovação e, depois, depende da negociação política

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

que o governo vai fazer junto a um leilão a ser efetuado pelo Banco Central, Deputado Chico Vigilante, a uma taxa de aproximadamente 15,2%, que eu acho extorsiva, quase uma agiotagem. E, conforme as exigências para que se faça uma antecipação de receita orçamentária – há uma série de exigências –, a contrapartida oferecida pelo governo foi o ICMS de novembro.

Nós sabemos que nenhum Deputado aqui que tenha conhecimento disso vai ser contra o pagamento dos servidores, porque se trata de uma questão de alimento. Mas, para dar uma contrapartida a uma antecipação orçamentária que o Governo do Distrito Federal vai ao Poder Executivo buscar, ele tem que ter alguma garantia de que até novembro – por isso nós colocamos novembro – ele consiga arrecadar um pouco mais, para poder cobrir esse buraco que vai ser feito com o ICMS de novembro, sob pena de a gente apenas transferir uma situação desequilibrada de hoje para outra mais à frente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu só queria destacar dois pontos. Em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exa. porque trabalhou – e sou testemunha disso, uma vez que integro a comissão – junto ao Líder do Governo e ao secretário no sentido de ter um respaldo político para que se limitasse apenas a esses parâmetros. Mesmo assim, o parâmetro de ICMS no combustível, em função da natureza bastante centralizada em algumas pouquíssimas empresas, significa um impacto expressivo nos preços da gasolina e do óleo diesel – e é um setor que produz na cidade, há pessoas que trabalham com óleo diesel e gasolina –, no sentido de que, como o cálculo é por dentro, a alíquota não é apenas de 3%, ela ultrapassa o patamar de 4%. E tem que ser levado em conta que isso vai incidir numa base que já tem um aumento recente do PIS e Cofins.

Então, o impacto sobre a cidade e a população vai ser extremamente grande, diante de um cenário internacional de declínio do petróleo, como também de um cenário interno de estagnação dos níveis salariais dos servidores e trabalhadores de uma maneira geral.

Só estou dizendo que acho que não é tão fácil a envergadura da solução que o governo tem que encontrar para o problema.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – O que eu queria apenas, Sra. Presidenta, é também prestar alguns esclarecimentos porque, às vezes, as pessoas falam, mas não têm conhecimento. Por exemplo, mesmo com o aumento da alíquota do imposto, no caso aqui, Deputado Chico Leite, está 28... Em Goiás, é 29, mas a gasolina aqui em alguns postos custa R\$3,45 com imposto bem menor que o de Goiás. Em Goiás, chega a ser R\$3,15. Então, é uma questão de mercado.

O Deputado Wasny de Roure, que é um economista renomado, brilhante economista e um competente Deputado, sabe que o governo pode até definir as

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

alíquotas dos impostos, mas ele não tem o controle do mercado. Então, apesar de o imposto do Distrito Federal ser inferior ao de Goiás, mesmo com o aumento – e hoje já é, mesmo sem o aumento –, a gasolina daqui, no posto, é bem mais cara que a do Estado de Goiás.

É isso o que eu queria falar, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós gostaríamos de fazer algumas colocações para que possamos esclarecer não apenas o próprio Plenário, que já está plenamente esclarecido, mas a sociedade de modo geral.

Em primeiro lugar, precisamos entender que essas medidas não são tomadas porque nós gostamos ou deixamos de gostar; essas medidas são tomadas porque são necessárias. A situação financeira, a saúde financeira do Distrito Federal, hoje, é muito grave. É exatamente por isso que temos essas medidas propostas para análise da sociedade, aqui representada pelo Plenário da Câmara Legislativa.

Evidentemente, nós temos consciência de que o tempo é muito curto. E o tempo é curto não por escolha nossa, o tempo é curto porque as medidas precisam ser implementadas rapidamente, até porque os fatos acontecem, a dinâmica social nos leva a esta situação. Então, eu acho que é importante que a sociedade perceba que aqui não se trata de tomar medida simpática ou antipática, e, sim, medida necessária para que possamos restaurar a saúde financeira do Distrito Federal.

Em razão do prazo de encaminhamento dos projetos para esta Casa, que tem que se constituir, realmente, na Casa de debates da sociedade do Distrito Federal... Nós sabemos que a dificuldade é muito grande em função do exíguo tempo; mas, exatamente, em razão de termos ouvido diversos segmentos da sociedade – do setor produtivo ao setor trabalhador –, estamos, neste momento, retirando alguns projetos para a discussão, e, ser for o caso, a votação em outro momento. São aqueles que se referem à questão do IPTU, da TLP, do leilão e da isenção do IPVA.

O IPTU, quando nós falamos e propusemos, na verdade, o que está se buscando é a atualização dos imóveis, haja vista que vivemos, em algumas circunstâncias, uma situação irreal. Mas, de toda a sorte, é possível se discutir de uma forma mais clara, buscar essa discussão à exaustão, então, neste momento, deixamos de encaminhar para a votação no sentido de que possamos ampliar essa discussão.

A mesma coisa com relação à taxa de lixo. A proposta vinha, Deputado Chico Leite, com um fundamento muito importante. Um estabelecimento que produz x de lixo paga o mesmo valor daquele outro estabelecimento que produz x menos 10. Então, para corrigir isso, pensou-se inicialmente nessa proposta. Mas é necessário,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

sim, que façamos uma discussão maior, e essa discussão será feita certamente aqui nesta Casa, que recebe todos os segmentos da sociedade.

Com relação à questão do leilão. Nós temos aí o leilão das dívidas e, evidentemente, isso precisa ser revisto. De início, pensou-se na questão de 20% de deságio, alguma coisa assim, mas podemos, até dentro de um critério de subjetividade, discutir se seria 21 ou 19, 25 ou 15. Então, vamos ampliar essa discussão para que possamos chegar realmente a um consenso. E é a oportunidade, inclusive, que teremos de jogar um pouco mais de luz sobre esse tema que, muitas vezes, não chega ao conhecimento da sociedade. É necessário que a gente saiba quem está contratando com o Governo do Distrito Federal.

Finalmente, a questão do IPVA. A isenção do IPVA foi colocada para que pudéssemos extingui-la. Na verdade, nós não tínhamos no Distrito Federal nenhuma isenção de IPVA, o que tínhamos era a postergação do pagamento para o ano seguinte. Isso, de alguma maneira, mais cedo ou mais tarde, onerava o bolso do consumidor. De toda sorte, tendo em vista que todos os setores envolvidos – concessionárias, revendedores de carros – pedem uma participação maior, então, vamos também retirar, nesse momento, para que a discussão possa ser ampliada.

O que eu poderia dizer, o que é que fica? Fica a questão do nivelamento do IPVA. Ou seja: a alíquota aplicável a veículo de passeio passará de 3, para 3,5; das motos, de 2, para 2,5 – estamos aumentando 0,5. Essas alíquotas propostas ainda serão menores do que aquelas praticadas em outras unidades da federação, como São Paulo e Goiás. São Paulo pratica em torno de 4%, Goiás pratica em torno de 3,75%. No caso das motocicletas, a alíquota fica igual à utilizada em Goiás – aqui do lado – e menor do que a do Paraná. O imposto poderá ser pago em quatro parcelas; hoje são três, quer dizer, há uma elasticidade maior, e mantém-se as atuais isenções.

A questão da cobrança justa do ITBI, com relação aos imóveis, que hoje é de 2%, passaria para 3%. Como foi demonstrado por vários setores econômicos que essa alíquota, alterando-se de 2 para 3, atingirá a totalidade dentro do nível de nivelamento, a gente não vê maiores dificuldades nisso.

O ajuste do ICMS para combustível. Haverá uma redução de alíquota do ICMS para o etanol, de 25% para 19% – ou seja, um decréscimo de 6% –, de forma a privilegiar a utilização de combustível de natureza renovável. E aí se busca o equilíbrio nas alíquotas de gasolina e de diesel, que passarão de 25 para 28 e de 12 para 15. E o nivelamento do ICMS para telefonia.

Bem, basicamente, eu acho que o que se percebe neste momento é que houve realmente um clamor por parte de vários setores da sociedade civil organizada. E exatamente para poder ouvi-los, para que eles possam nos ajudar na construção dessas medidas é que retiramos uma série de medidas que estavam previstas inicialmente.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		10	

Independentemente disso, eu acho que é importante que consigamos ter a dimensão real do que se está discutindo neste momento. O que nós estamos discutindo neste momento, meus amigos, não se trata de implementação de plano de governo, não se trata de nada de natureza ideológica. O que nós estamos implementando são medidas vitais para a saúde do Distrito Federal, para a saúde financeira do Distrito Federal. Podemos até – e tenho certeza de que isso acontece – ter alguma divergência com relação a qual é o caminho, mas eu tenho certeza de que os 24 Parlamentares que aqui estão têm a noção, a certeza da gravidade do momento que enfrentamos e que precisam ser adotadas medidas.

Então, nesse sentido é que eu entendo que devemos, como Liderança do Governo, encaminhar para ultimarem-se as discussões e levar-se à deliberação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos os presentes, boa tarde, imprensa. Discussão muito boa que está acontecendo. Eu acho que a Câmara está entrando fortemente nessa discussão, fazendo questionamentos adequados no sentido de que consigamos um caminho melhor.

Contudo, Presidente, eu gostaria de esclarecer algumas coisas, até porque tive oportunidade de vir a esta tribuna muitas vezes pedir que votássemos o aumento das categorias, o aumento dos trabalhadores desta cidade – justo, completamente justo, no nosso entendimento.

Quando nós percebemos ao longo do tempo que qualquer tipo de ajuste tem que ter origem, tem que ter fundos – ou seja, tem que haver entradas para que haja saídas –, era um pouco tarde, e aí não se consegue hoje fazer os pagamentos que foram comprometidos no passado, com autorização inclusive desta Casa, porque não se tem caixa, não se têm entradas suficientes para que se faça esses pagamentos, diga-se de passagem justos, justos pagamentos.

Eu realmente quero pedir aqui, porque estivemos reunidos com os assessores parlamentares durante pelo menos três reuniões, que nós nos aprofundemos nesse processo, porque precisamos saber definitivamente como chegamos na situação falimentar em que estamos. Como chegamos? O nosso Estado está quebrado! Brasília tem suas contas em um processo de quase insolvência, para não dizer insolvência. Se não for verdade o que está sendo colocado, pessoas têm que ser presas. Mas estamos em um estágio de falência, não em um estágio pré-falimentar. Não temos dinheiro para nada, inclusive nem para o carnaval, que é uma

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

festa cultural realizada em todos os lugares. Está sendo colocado que não há dinheiro nem para a Via Sacra, recursos pequenos.

Então, nós precisamos definitivamente, Sra. Presidente, fazer um aprofundamento para saber como se chegou nisso, como chegamos nesse processo. Porque, se nós não soubermos como chegamos, não dá para dizer como iremos sair. O segundo momento tem sido exaustivo. Quero aqui agradecer e ao mesmo tempo dizer que é assim mesmo.

Com relação à vinda do Secretário Adjunto de Fazenda a esta Casa por diversas vezes para fazer as explicações necessárias – não que tenham sido feitas completamente –, obrigado, Pedro, por sua presença. É assim mesmo, esse é o debate. Está bom, vamos continuar fazendo, para saber se as medidas são suficientes para sairmos desse buraco, porque, se não forem, temos que fazer mais. A terceira coisa é como iremos fazer para não entrar mais, porque, se nós não nos preocuparmos com isso, esse governo chegará ao fim do seu mandato e – se houver problema de novo – nós estaremos aqui de novo falando: cidadão, paga a conta, porque o negócio deu errado. Mesmo que não sejamos reeleitos e vier outro governo, como está sendo agora.

Então, acho que essas três etapas são fundamentais nessa discussão. Do pacote completo que foi colocado aqui, eu acho que avançamos para essa votação. Eu, especialmente pela preocupação na questão da sustentabilidade, na questão do combustível e da gasolina, sou completamente a favor de diminuir o ICMS do álcool e dos combustíveis renováveis. De preferência que tenhamos carros híbridos, elétricos e movidos a álcool nesta cidade. Então, vou só colocar uma conta que fiz e faço. No caso dos combustíveis que estão sendo mencionados aqui agora, nesse aumento da gasolina de 25 para 28, eu acho deveria ser para 40. Gasolina não deveria ser usado, por ser altamente poluente. O aumento de 25 para 28, para uma família de classe média que gasta um tanque de gasolina por semana, seria um aumento de 18 reais por mês do ICM – se esse ICM for completamente repassado para o cidadão. E será, sabemos que será. Quem paga a conta é o cidadão. Então, teremos por mês 18 reais. No caso do álcool, a redução de 19% – e a minha proposta são 15%, Secretário, porque aí sim seria um incentivo de verdade –, para o mesmo tanque, abastecendo um tanque por semana, o valor seria diminuído em 27 reais por mês. Eu pagaria 27 reais a menos por mês no mesmo abastecimento. Para mim há muita vantagem nesse sentido, até porque sou contra o processo da gasolina. No caso do diesel, eu realmente tenho minhas dúvidas se ele deve sofrer aumento, mas tenho um compromisso para que possamos trabalhar a questão do carro elétrico em uma isenção completa da energia elétrica e fotovoltaica nesta cidade.

Então, sou a favor de fazer essa votação neste momento, porque fiz as contas. Estamos em um momento difícil e temos que fazer algo. Neste caso, eu fiz as minhas críticas ao governo porque acho que o nível de cortes nos seus gastos deve ser aumentado. Cortar salário. Perfeito. De todos os cidadãos de Brasília. Perfeito.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

Vamos cortar os salários. Não há problema nenhum. Eu acho que é bom cortar salário. Eu acho que tem que cortar salário de todo mundo. Eu acho que pacto pela cidade tem que ser sacrifício de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Peço à galeria que espere o Deputado terminar de falar para se manifestar, mantendo a ordem e o respeito.

DEPUTADO JOE VALLE – Nessa questão, o processo é o seguinte: quando eu falo em cortar gastos, antes de cortar salário do cidadão e de todas as pessoas, muitos outros gastos supérfluos podem ser cortados, muitos outros. Estou justamente querendo fazer com que o governo economize mais, para pagar em dia. Sou um defensor enorme de que se pague tudo, e aqui estou trabalhando pela ARO – Antecipação de Receita Orçamentária.

Salário atrasado não pode haver de jeito nenhum, de forma alguma. Por que atrasaram os salários? Esse atraso de salários tem uma origem, clara e seriamente falando. Para não acontecer de novo, temos de tomar uma série de medidas e responsabilizar quem deixou atrasar esses salários, seja quem for. Se forem os Deputados, responsabilizem os Deputados. Se forem os gestores, responsabilizem os gestores. Medidas precisam ser tomadas.

Eu sou crítico de uma série delas, mas neste momento acredito que tenhamos de trabalhar nisso aqui. Sou completamente a favor de votar a ARO hoje. Aliás, sou o autor da representação no TCU para se adiantar o Fundo Constitucional e se pagar integralmente o salário dos professores. Essa é a lógica, fui lá, fiz o processo e está pronto.

Às vezes não nos prendemos aos custos reais dos processos, nós nos prendemos a uma visão mais global disso. Eu acho que foi suficiente, no sentido de que se tirou o IPTU, diminuiu-se o processo do ITBI. Neste momento, infelizmente, são medidas necessárias e me coloco com o PDT à disposição para votar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, gostaria de solicitar a inclusão na Ordem do Dia de um requerimento de nossa autoria que trata de uma audiência pública para discutir a situação do transporte coletivo escolar no Distrito Federal. Há um problema sério nessa área, entre aqueles que têm a anuência do Estado e aqueles que vivem na clandestinidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – V.Exa. poderia ler o número?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Está sem número, Deputada, mas a assessoria já tem conhecimento do requerimento, ele já foi protocolado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço a leitura do expediente.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto aqui neste assunto do pacote. Primeiro, eu quero deixar absolutamente claro que nossa bancada está pronta para votar a ARO.

Com relação ao que sobrou da discussão na CEOF e na CCJ, repito: é preciso que o projeto seja reescrito e apresentado aqui, para que todos os Deputados tenham clareza do que se está votando, porque hoje, Deputada Sandra Faraj, os Deputados não sabem o que sobrou.

Deputado Chico Leite, V.Exa. foi Presidente da CCJ por quatro anos. A primeira lição de casa, básica, é: reescreve-se, distribui-se e vamos verificar. Na questão do ITBI, por exemplo, o governo está achando que vai aumentar a arrecadação. Não vai! O que vai aumentar é o número de contratos de gaveta. Ao invés de aumentar a arrecadação, ela vai diminuir. Deputado Rafael Prudente, a pessoa vai lá, compra um imóvel, pega o registro no cartório, guarda na gaveta e fica dono do imóvel sem transferir. Ao invés de estar aumentando, a arrecadação vai diminuir e vai aumentar o número de informalidades no Distrito Federal.

Apenas 45% da população do Distrito Federal passam a escritura propriamente dita, na hora em que compram imóvel. O setor produtivo está aí, não temos que pensar só em nós. Eu sou trabalhador, mas, se você mata o setor produtivo, ele vai gerar emprego como? Precisamos ou não das construtoras e incorporadoras do Distrito Federal, Deputado Dr. Michel? Precisamos ou não, para gerar emprego de pedreiro, carpinteiro, eletricista?

Sobre essa questão da taxa de limpeza pública, o que eu tenho conversado? Da maneira como está sendo colocada, determinados segmentos, que são os maiores geradores de emprego, vão demitir gente, Deputado Wasny de Roure. Portanto, por que o aqodamento, se a maioria das medidas só vai entrar em vigor em 2016?

Com relação ao que disse o Deputado Joe Valle – tenho o maior respeito por S.Exa. –, eu conheço como ninguém o setor de combustíveis do Distrito Federal. Depois que aumentarem o ICMS da gasolina e reduzirem o do etanol, V.Exas. vão chegar ao posto e fazer conta. Vão verificar que, mesmo abastecendo com gasolina, mesmo com o aumento do preço, vai ser melhor colocar gasolina do que etanol. Portanto, não venham com essa economia limpa que queremos no Distrito Federal, porque aqui o preço é cartelizado. Aqui acontece a maior margem de lucro do Brasil. A nossa CPI mostrou o preço cartelizado. É a maior margem de lucro. Na época, o Ministério Público estipulou 15% da margem de lucro.

Outra coisa: a pauta do ICMS que é gerada, Deputado Rodrigo Delmasso, eles se antecipam e cobram antes. Eles vão passar todo o teor do imposto diretamente para o bolso dos consumidores. O que foi feito pelo Governo Federal – eu sou contra, já disse que sou contra e vou continuar contra –, de voltar o IPI dos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		14

combustíveis... Não é o IPI, não. É outro imposto. Estou com tanta raiva desse negócio, que não estou me lembrando do nome.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É o PIS/Cofins. Obrigado.

Deputada Celina Leão, pelos cálculos do Governo Federal, a gasolina no Distrito Federal ia aumentar 22 centavos. Em todos os postos estava 3,19 reais. Somando 3,19 com 0,22, Deputado Wasny de Roure, dá 3,41 reais. O que eles fizeram? Aumentaram para 3,45 reais. Por quê? Para quem não sabe, Deputado Agaciel Maia, cada 1 centavo de aumento no preço da gasolina no Distrito Federal corresponde a 1 milhão de reais no bolso do dono de posto de gasolina. Um milhão de reais!

Esse cálculo foi feito na época da CPI, com a ajuda dos técnicos da Secretaria da Fazenda, Deputado Rafael Prudente. Um milhão! Portanto, 4 centavinhos que eles subtraírem da gente são 4 milhões que vão ficar no bolso dos empresários do ramo de combustíveis no Distrito Federal e são 4 milhões a menos circulando na economia do Distrito Federal. Se o governo quiser fazer para valer, estou disposto a ajudar no combate à sonegação, porque na época nós constatamos e provamos que a sonegação fiscal no âmbito da gasolina no Distrito Federal era de 150 milhões/ano.

Para concluir, acho que é uma temeridade votar esse projeto. Ainda bem que a imprensa teve um papel fundamental de destrinchar o pacote, mostrar as vísceras dele para a sociedade de Brasília. A sociedade inteira está de olhos nesta Câmara Legislativa, porque não aceita essa garfada que está sendo dada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores, trabalhadores que se encontram conosco nesta tarde, principalmente servidores da educação e da saúde.

Sra. Presidente, inicialmente eu queria justificar a minha ausência na última semana em função de um compromisso sobre o qual já havia relatado aos Deputados. Recebi um convite para participar de um evento que não tinha características políticas ou parlamentares propriamente ditas, mas tinha um aspecto de contato. Recebi o convite e assim nós fomos.

Agradeço essa oportunidade. Posteriormente terei o privilégio de passar a V.Exa. a natureza do evento que ocorreu nos Estados Unidos e o conjunto de contatos de autoridades, tanto do governo americano, como de várias partes do mundo a que tive acesso.

Os americanos têm uma tradição. Foi instituída em 1952, no Governo de Eisenhower, o Dia Nacional de Oração. Nessa oportunidade, são convidadas lideranças do mundo empresarial, político, entidades da sociedade civil. Os

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		15

congressistas americanos convidam e contam com a presença da Presidência da República e de alguns dos ministros que compõem o governo.

A segunda oportunidade que tive foi um convite feito pelos deputados americanos. Então, fiz essa viagem com recursos pessoais, portanto, sem trazer qualquer tipo de solicitação à instituição, não apenas na vez anterior, como dessa última oportunidade.

Sra. Presidente, eu me inscrevi para debater o projeto. Em primeiro lugar, hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e peço aqui vênha, Deputado Agaciel Maia, porque eu não quero fazer aqui desta tribuna uma disputa do ponto de vista de contas, das finanças públicas do Distrito Federal.

É verdade que o Governador Rodrigo Rollemberg assumiu uma tarefa extremamente difícil. S.Exa. sequer tinha dimensão do tamanho, antes de se colocar na perspectiva do pleito eleitoral do último ano. No entanto, assumiu com a responsabilidade que é própria de quem assume uma tarefa dessa natureza.

Mas também, Deputado Joe Valle, me permita discordar de V.Exa. Uma unidade da Federação que tem um fundo constitucional como é o caso do Distrito Federal tem um privilégio singular! Em primeiro lugar, porque, sem o menor esforço, tem-se a transferência mensal de um volume considerável de recursos. Hoje eu não tenho de cabeça, mas deve ser em torno de 12 bilhões anuais!

Ainda sobre isso, diga-se de passagem, o Fundo Constitucional foi a última lei que o então Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou e, ressalte-se, não a executou um único dia do seu governo, transferindo-a ao Presidente Lula. Ele nunca teve a humildade de admitir que, ao entregar o governo, estava entregando um cheque daquele montante para ser pago pela União, e o Presidente Lula honrou! Honrou inclusive o critério de reajuste, que é a variação da receita corrente líquida, que ocorreu em substancial incremento em termos reais. Em termos reais.

Portanto, nós somos, sim, uma unidade da Federação que teve uma transferência feita.

Deputado Joe Valle, antecipação significa posterior compromisso de pagar. Sra. Presidente, eu hoje gostaria – e fiz até essa sugestão – que o Governo do Distrito Federal fizesse um debate com os Parlamentares para discutir como ele prevê a solução do problema e como podemos apresentar as nossas sugestões.

Eu havia apresentado ao Governo do Distrito Federal, junto ao Secretário de Habitação e ao Presidente da Terracap, um quadro da ocupação do Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – SAAN por imóveis que foram entregues via PRÓ-DF ou leiloados via Terracap. Posteriormente cada um desses lotes foi ampliado numa faixa de 130 a 150 metros quadrados, um conjunto em torno de 800 lotes compõe esse setor.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		16

Naturalmente essas empresas que hoje ocupam esses lotes têm o dever de ressarcir e de pagar ao governo, porque ocupam uma área pública que não tem como ser utilizada para outras finalidades, pois é a extensão de um terreno onde era previsto originalmente uma linha férrea para abastecimento das empresas que ali estão. Isso é uma estimativa de receita da ordem de 250 milhões.

Eu quero usar esta tribuna nesta oportunidade para apresentar algumas propostas. Eu gostaria que o Governo do Distrito Federal examinasse outras possibilidades. Essa que eu dei agora não é para o governo, é para a Terracap, portanto há toda uma liturgia de dinheiro de empresa pública para os recursos do Tesouro. Eu gostaria de falar da contribuição do Governo do Distrito Federal à previdência dos servidores.

Hoje a contribuição do Governo do Distrito Federal é da ordem de 22% diante de uma contribuição de 11% do servidor. Aí há um excedente de arrecadação para fins previdenciários acima daquilo que efetivamente hoje vem sendo usado. Então, eu quero apresentar alguns debates.

O Governo do Distrito Federal, este governo, tentou convencer esta Casa, no final do ano passado, de que a securitização apresentada pelo governo anterior não era a melhor proposta nos termos em que foi apresentado. Criou tanta polêmica na mídia, que o próprio Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União levantaram a argumentação de que precisaria do aval do Ministério da Fazenda para que a securitização pudesse ser feita com relação à dívida ativa do Distrito Federal.

Em 2011, quando o governo anterior assumiu, a dívida ativa estava na casa de 10,400 bilhões de reais. Hoje é da ordem de 15,800 bilhões de reais. A proposta da securitização, o novo governo tinha dito que teria interesse em apresentar uma proposta, que deve fazer, a qual esta Casa deve discutir, porque, no que diz respeito à lei que foi apresentada aqui, trabalharam contra sua efetivação. Agora fica a dívida de quase 16 bilhões, e os servidores nessa situação de penúria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, V.Exa. está falando por quase dez minutos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, esse debate nós queremos fazer em nível de comissão. Foi acolhido um requerimento de nossa iniciativa para que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa faça um debate sobre as contas públicas do Distrito Federal.

Não basta ouvir a voz do governo, as contas são publicizadas para que toda a sociedade também dê a sua opinião sobre a matéria. A Câmara Legislativa, em particular, deve fazê-lo também, já que essa é uma de suas responsabilidades. Isso tem de ser feito para que não passe no desconhecido.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		17

Peço aos Srs. Deputados que usem o tempo regimental de cinco minutos para que possamos agilizar as votações.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. a inversão da pauta para que pudéssemos votar alguns itens extrapauta: o PL nº 142 e o item nº 2, que é a votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 74, e o item nº 3, que trata da discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 141.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato sua solicitação, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, colegas, nós estamos diante de um problema que eu reputo como grave, mas reputo ainda mais grave porque a solução que se colocou é transferir a responsabilidade à população.

Vamos lá, Sra. Presidente e colegas. Um primeiro problema é o cumprimento dos compromissos. Há salários, que têm naturalmente cunho alimentar, que não foram pagos e que precisam ser honrados. Não é possível que o trabalhador e a trabalhadora suportem em seus ombros tudo o que se diz que fora feito às contas públicas do Distrito Federal. Então, nós estamos prontos para votar a antecipação da receita, Sra. Presidente. Acho que devemos colocá-la em pauta ainda hoje e ultrapassarmos essa fase do problema.

Agora, há uma segunda. Todos os colegas que me antecederam – e os debates, desde o início do ano, rondam em torno disso – falam a respeito do desequilíbrio das contas públicas. Sra. Presidente, eu acho que chegamos a um momento de colocarmos as coisas claramente, de buscarmos essas respostas e mostrarmos à população do Distrito Federal. Se há desequilíbrio nas contas públicas, há uma responsabilidade ou algumas responsabilidades, e precisamos apurar. Apurar não sob a ótica das disputas, que mais parecem de clubes de futebol, mas sob a ótica da responsabilização à luz da legislação.

Eu propus hoje na CCJ – e quero reiterar essa proposta, Sra. Presidente – que façamos audiências públicas para deixar claro à população como estão as contas e, efetivamente, de onde veio toda essa problemática. Nós não podemos é dizer que a irresponsabilidade de Agnelo Queiroz com as contas públicas tem que ser paga pelo trabalhador e pela trabalhadora ou pela população do Distrito Federal com a multiplicação dos tributos.

Hoje na CCJ, eu pude dizer a V.Exa. e a todos os colegas que ali se encontravam que nós nos manifestaríamos contra o aumento de tributos, e continuamos com esse mesmo propósito. Nós precisamos apurar a irresponsabilidade fiscal. Isso é absolutamente necessário, até como medida para que não se repita no

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		18

futuro e as responsabilidades sejam deslindadas. O que nós não podemos fazer, Sra. Presidente, é passar essa conta para a população pagar. Isso nós não podemos fazer. Nós não podemos, ano após ano, dizer que não sabemos de quem é a responsabilidade e que quem vai pagar a conta é a população. Isso nós não vamos admitir. Vamos debater claramente em audiências públicas, vamos mostrar como estão as contas, vamos dizer de onde saiu o dinheiro e aí teremos a clareza das responsabilidades. Para isso, podem contar conosco! Vamos votar a antecipação de receita, vamos dar uma resposta aos trabalhadores e trabalhadoras que estão sem salário e vamos apurar a irresponsabilidade fiscal, para saber de quem é a culpa.

Sra. Presidente, eu sou daqueles que acham que, se a responsabilidade for dos de casa, eles têm que pagar mais caro do que os da rua, porque, se eu não cobro dos de casa, não tenho moral para cobrar dos da rua. Conte comigo para isso, Sra. Presidente.

Eu queria de V.Exa. a reflexão de não votarmos hoje aumento de tributo. Votemos hoje a ARO – Antecipação de Receita Orçamentária, para dar uma resposta aos trabalhadores e trabalhadoras. Marquemos uma pauta de audiências com a Liderança do Governo e com os Líderes. Isso pode ser em forma de reuniões técnicas, como já fiz outrora com o Deputado Prudente; pode ser em forma de audiência pública; pode ser em forma de reunião de comissão, como aqui propôs o Deputado Wasny de Roure que fosse na CEOF. Sugiro isso para que fique claro qual é o estado das contas públicas no Distrito Federal.

Aí talvez, Sra. Presidente, estando esclarecida a população, ela faça o sacrifício que lhe é pedido. O que ela não vai aceitar é, mais uma vez, ficar com a conta do desequilíbrio. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Veras.

DEPUTADO REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, senhoras e senhores, neste mês aqui no Distrito Federal, já se tornou enfadonho falar do tamanho da crise. Ninguém aguenta mais isso, até porque nós cidadãos e trabalhadores já sentimos esta crise na pele e no bolso. O tamanho dela, Deputado Chico Leite – V.Exa. acabou de falar aqui –, já é conhecido. Basta saber o tamanho da crise em números. Então, chega dessa história de que a crise tomou conta do DF. Nós já sabemos disso, Deputado Ricardo Vale!

Para tentar minimizar o impacto de crise – vamos parafrasear aqui o ex-Presidente Lula – jamais vista na história do Distrito Federal, medidas são necessárias, e nós necessitamos de medidas concretas. É louvável que V.Exa. tenha falado aqui sobre audiências públicas e chamado a população para delas participar, mas as medidas são mais urgentes. Nós precisamos apresentar algo concreto para a sociedade. Algo concreto significa números, cifras, dinheiro, arrecadação. E olha que não estou fazendo papel de defensor do governo. Temos somente que ser honestos e claros em relação a esta situação.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		19

Entre as medidas urgentes, necessárias e consensuais, a mais importante é a ARO. Já deixo claro que temos que votá-la hoje e já declaro o meu voto: sou a favor da ARO. Isso é inquestionável, já está superado nesta Casa. Há consenso, somos a favor, só temos que colocá-la em votação. Agora, outras medidas para sanear as contas do Distrito Federal são necessárias, e aí vem o chamado pacote tributário.

Volto a parabenizar nosso secretário por ter vindo a esta Casa várias vezes esclarecer dúvidas. Quero aqui também agradecer à capacitada equipe técnica desta Casa. Eu, o Deputado Rodrigo Delmasso e o Deputado Joe Valle estamos cansando os servidores desta Casa, porque nossas dúvidas são muitas e queremos sanar todas elas. Quero parabeniza-los por nos ajudarem a ter uma compreensão total deste pacote.

Considerando que a CEOF e a CCJ desmembraram o pacote – agora tem o pacote e o pacotinho – na tentativa de sanar esse problema, eu gostaria de fazer aqui algumas ponderações a respeito desse pacotinho, que inclui IPVA, ICMS e outras coisas. A minha maior angústia recai sobre o ICMS, especialmente quanto ao aumento das alíquotas do óleo diesel e da gasolina. No que se refere à gasolina, o Governo Federal acabou de dar um aumento substancial e significativo, que vai afetar todos nós: 22 centavos no litro de gasolina. Isso é quase uma extorsão vinda da nossa Presidenta Dilma. Se nós agregarmos a esses 22 centavos mais um aumento de 3%, isso vai pesar ainda mais no bolso do cidadão que precisa usar esse combustível. Não estou abordando a questão ambiental, estou fazendo aqui uma análise estritamente financeira.

No que se refere ao diesel, a situação é ainda mais problemática. O transporte público é movido a diesel, visto que não incentivamos o transporte a trilho. O transporte de carga é feito com o uso de diesel. Então, um aumento de 3% no diesel parece pouco, mas não é. Ele vai impactar toda a cadeia produtiva e o sistema de transporte, contrariando o que o nosso Governador disse aqui: que vai incentivar o transporte coletivo. Ora, senhores, ninguém fomenta transporte coletivo encarecendo o seu combustível, o óleo diesel. Então, temos que analisar isso com muito cuidado e com muita tranquilidade.

O ICMS é um imposto cruel. Ele afeta toda a população, principalmente os mais pobres. E aqui estamos falando em aumento do ICMS na gasolina, no óleo diesel e nas telecomunicações, que já são, como sabemos, as mais caras do mundo. Do mundo! Não estou falando do Brasil. Ou seja, com esse aumento, pode se tornar a mais cara do universo. Então, esse é outro fator que temos que ponderar com muita clareza.

Eu quero contribuir com este governo, eu me sinto parte dele. Compus a base deste governo ainda, durante a campanha, e quero continuar fazendo parte dele. Mas quero também que aquilo que foi assumido como compromisso durante a campanha continue na prática. Quero contribuir para que o Governador honre suas promessas de campanha. Acredito que o Governador é uma pessoa muito bem

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		20

intencionada e, para dar um sinal de apoio ao Governador, estamos apresentando aqui uma emenda a essa parte do projeto que trata do ICMS.

Peço que os Parlamentares analisem com carinho essa emenda, como forma de dar uma resposta de apoio ao Governador, mas que também minimizem os impactos desses impostos no bolso do cidadão.

Estamos propondo a manutenção do imposto da gasolina no nível em que está, sem aumento, e, principalmente... Minto. Corrigindo, até aceitamos que, neste primeiro momento, seja necessário um aumento no imposto da gasolina, mas que seja um aumento temporal, que ele tenha data para terminar. Uma vez que arrecadamos e a crise foi sanada, que o imposto deixe de existir.

Em relação ao diesel, não. Estamos apresentando uma emenda supressiva. Vamos tirar o aumento do diesel, como forma de fomentar o transporte coletivo. Acho que é uma emenda que não irá afetar muito a arrecadação, Secretário Pedro, e que poderá contribuir para dar um sinal à sociedade de que não é simplesmente a voracidade do Estado em arrecadar, mas uma medida necessária para equilibrar as contas com justiça social.

Então, Sra. Presidente, eu gostaria que V.Exa. e os demais Parlamentares analisassem com muito carinho a nossa emenda.

Quero aqui também parabenizar o meu partido, que lançou uma nota ontem favorável às medidas tributárias do governo, mas que dá plena autonomia aos Parlamentares, para agirem de acordo com a sua consciência e de acordo com os interesses dos cidadãos e do eleitorado. Este é o meu partido, um partido democrático em sua essência e que não impõe medida aos seus Parlamentares.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação.) – Boa tarde a todos.

Quero começar, Sra. Presidente, mais uma vez pedindo a V.Exa. que haja o entendimento desta Casa para que comecemos as votações pela ARO. Acho que essas categorias não merecem mais passar pelo que estão passando. Elas deveriam ser indenizadas moral e materialmente, por tudo o que passaram desde o ano passado. Esta Casa não tem o direito de submetê-las a qualquer outro tipo de constrangimento.

Então, acho que temos de começar votando a ARO imediatamente, o projeto dos defensores. Votá-la e aprová-la. Esse é o entendimento do nosso bloco. Não sairemos daqui enquanto a ARO não estiver votada e aprovada.

O Deputado Prof. Reginaldo Veras foi muito feliz em suas colocações com relação ao fato de que ninguém mais aguenta ouvir falar de crise. Mas ela está aí,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		21

ela está posta. Agora, uma coisa tem que ser bem clara: nenhuma dessas propostas, Deputado, tem efeito financeiro imediato. Então, para que se votar no escuro?

Tenho um estudo do fórum de servidores, de auditores da Fazenda, de procuradores, em que são apresentadas propostas que vão ajudar o Governo, que vão impactar menos o contribuinte, financeiramente. Então, não existe essa necessidade.

O que se pede aqui, volto a dizer... Não estamos pedindo que se vote contra o projeto do Governo. O que estamos pedindo é um tempo para analisarmos de forma coerente a matéria e votarmos aquilo que acharmos melhor para Brasília. Diferentemente dos anos passados, quando o projeto chegava aqui no último dia, para ser empurrado goela abaixo dos Parlamentares, ele agora está chegando com um ano de antecedência. O princípio da anterioridade não nos permite ter nenhuma receita para este ano. Então, para que votar agora? Por que esta Casa tem de votar no escuro? Ela pode ajudar o Governo a encontrar uma solução que não faça a população sofrer mais. Não é justo, e temos que ter essa responsabilidade.

Volto a dizer: quero apostar neste governo, porque sou nascido e criado em Brasília. Quero ajudar este governo a dar certo. Agora, permitam-me, pelo menos, opinar; permitam-me ajudar de alguma forma. Será que esses Parlamentares aqui não são competentes? Será que os técnicos, os auditores da Fazenda, os servidores não podem nos ajudar?

Eu me lembro de uma notícia que saiu, alguns dias atrás, sobre um lavrador que sofreu um acidente e, quando chegou ao hospital, o médico, sem olhar, mandou amputar a perna dele. Depois chegou outro médico e disse que não, que era só fazer um curativo.

Então, a gente amputa primeiro? O que é o melhor? Façamos o curativo. Se não houver jeito, faz-se a amputação da perna. O que estamos fazendo é o contrário: estamos amputando a perna, mas depois poderemos ver que ela não era tão podre quanto imaginávamos.

Quero pedir aos meus companheiros, com toda responsabilidade, que analisem o que vamos votar agora, o que vamos aprovar. Estou aqui despido de qualquer sentimento político. Estou falando daquilo que vamos oferecer à cidade onde moramos.

Disse bem o Deputado Prof. Reginaldo Veras, com muita propriedade: teremos a gasolina mais cara do universo aqui na Capital da República, na sétima economia do mundo. É justo? Será que é isso que esta Casa vai oferecer? É essa a nossa contribuição? Vamos analisar bem, porque esse custo será nosso, nos quatro anos de mandato e no resto dos dias que teremos de vida.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de fazer uma reflexão nesta tarde. Quero deixar um desafio aqui.

Eu, por quatro anos, briguei muito neste plenário. Briguei contra a corrupção, porque quem paga o preço da corrupção é a população.

Temos um estádio de 2 bilhões de reais. Estamos aqui, fazendo um esforço tremendo, para aprovar um pacote – ou reprová-lo – e trazer para os cofres públicos 400 milhões de reais. Eu acho engraçado porque os discursos às vezes são calorosos, mas o pacote já chegou do Governo Federal e já chegou aos bolsos dos contribuintes, que já estão pagando mais pela gasolina; que já estão pagando mais em várias outras áreas.

Eu acho justíssimo os professores estarem aqui porque estão sem salário, e nós vamos aprovar a ARO. Quero deixar garantido, como Presidente desta Casa, que nós não vamos encerrar esta sessão sem votar a ARO, mas quero chamar aqui vocês para algumas reflexões. Há pessoas que me perguntam aqui neste plenário...

(Manifestação da galeria)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Pessoal, existe uma Parlamentar na tribuna, e, até mesmo para que haja eficácia no objetivo de vocês que vieram aqui para presenciar a votação da ARO, sob o aspecto regimental, eu gostaria que, enquanto houver um parlamentar na tribuna, vocês se mantivessem em silêncio, por favor.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de colocar o seguinte desafio porque no que eu tenho sido mais cobrada é o seguinte: vai ficar impune mesmo? Quem assaltou os cofres públicos desta cidade vai sair impune? Vai sair ileso? O que eu, como Deputada Distrital – porque antes de ser Presidente eu sou Deputada e vou continuar Deputada por quatro anos, até o final do mandato – queria dizer aqui é que a população não aguenta mais pagar a conta da corrupção, e há de se ter uma punição, sabe por quê? Porque é como disse o Deputado Chico Leite aqui: “o remédio da Dilma não está sendo diferente do remédio do Rodrigo Rollemberg”. O remédio é o mesmo, e quem paga a conta sempre é a população, e essa reflexão tem que ser feita.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei dura que pegou a nossa Presidente. Sabe o que foi feito? Foi mudada a lei no Congresso! É uma vergonha! É uma vergonha o que está acontecendo. Agora, cobrar medidas aqui que não estão sendo colocadas no Governo Federal, como se fosse mágica? Ninguém faz mágica. Nós temos um déficit aí, um rombo feito nos cofres públicos que alguém tem que pagar. Eu, como Deputada Distrital, no final do meu mandato, impedi que 1 bilhão de reais fossem gastos de forma supérflua, com representação no Tribunal de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		23

Contas, com várias representações no Ministério Público. Várias representações foram feitas através do meu gabinete e impediram que mais de 1 bilhão de reais fossem gastos de forma supérflua.

A reflexão que eu queria fazer aqui com vocês é que nenhum Deputado Distrital quer votar aumento – nenhum –, mas há necessidade do equilíbrio das contas públicas. Quero aqui parabenizar o gesto do governo, que retirou pontos polêmicos como IPTU, TLP, isenção de IPVA. Houve um recuo estratégico do governo, com a firmeza dos Parlamentares que aqui estão para representar a população. Quero chamar para uma reflexão. Como Deputada Distrital, vou lutar até o último segundo para que as pessoas que deixaram esta cidade no caos em que ela está hoje sejam punidas. Quem sabe dando o exemplo, a gente não tenha novamente, no próximo mandato, uma herança maldita.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Pessoal, deixe-me explicar mais uma vez. (Pausa.) Pessoal, eu gostaria de explicar que todo o objetivo de vocês aqui é de votarmos essa ARO hoje. Agora...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Pessoal, como servidor público, eu sei que vocês são inteligentes e sabem que o objetivo dos Deputados aqui hoje é votar a pauta. A interrupção feita pela manifestação de vocês – que é legítima, desde que não haja Deputado com a palavra –, vocês têm que usar na medida em que nós aprovemos o projeto de seu interesse. Eu digo isso porque, antes de ser Deputado, eu sou servidor. Eu estou Deputado. Então, de uma maneira racional, eu gostaria que vocês aguardassem a fala dos Parlamentares para que possamos entrar na Ordem do Dia. Está certo? Obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu pedi a palavra, porque estou vendo a discussão, e as pessoas insistem em dissociar uma situação da outra, como se fosse possível dissociar um projeto do outro. Isso é um esclarecimento à população porque os Parlamentares estão suficientemente esclarecidos. Nós sabemos disso.

Na verdade, o que está se propondo é um conjunto de medidas que objetivam normalizar as contas públicas do Distrito Federal. É isso que se está propondo. Então, esse discurso com meia verdade – e, portanto, com meia mentira – de que vamos votar isso e não vamos votar aquilo vai tornar inócua qualquer medida.

Então, nós, mais do que ninguém, temos a responsabilidade de esclarecer a população do que está em discussão neste momento. Perdoem-me se me torno

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		24

repetitivo. É necessário que haja essa repetição para que possamos entender definitivamente.

Meus amigos, aqui não se trata de olharmos uma medida simpática ou antipática. Ninguém está aqui querendo o aplauso fácil ou a vaia difícil. O que nós estamos é exercendo o nosso dever, a nossa responsabilidade com o Distrito Federal para poder normalizar um quadro da economia do Distrito Federal.

É evidente que aqui não iremos ficar repetindo quem é o culpado. Todos sabem. Não é só Brasília que sabe. O País inteiro sabe quem é o culpado disso tudo. Nós sabemos quanto custou o estádio de futebol. Nós sabemos que, a partir de um determinado momento, os servidores públicos perderam a paciência e com justiça foram para o Palácio do Buriti exigir o pagamento dos seus salários, que realmente é o direito deles.

Agora, é necessário que consigamos entender...

(Manifestações da galeria)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Eu pediria que me fosse garantida a palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu peço à galeria...

(Manifestações da galeria)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Não adianta. Eu também já estive em sindicato. Aliás, diga-se de passagem que alguns sindicatos estão renascendo hoje, porque passaram muito tempo sem estar comprovando a sua função, e eu não tenho, não se preocupe, porque eu não tenho... Eu não estou aqui buscando o aplauso fácil. O que eu estou colocando...

(Apupos da galeria)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu peço à galeria que aguarde o Deputado terminar de falar. Aí, vocês se manifestem.

(Manifestações da galeria)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu peço à galeria que se acalme, por favor, senão pedirei o esvaziamento da galeria.

(Manifestações da galeria)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu tenho que garantir a fala dos Deputados. Eu tenho que garantir a ordem nesta Casa e irei garantir. Eu irei garantir a ordem nesta Casa! Então. Eu peço à galeria que aguarde o Deputado terminar de falar para depois se manifestar. Eu peço com educação que a galeria se acalme, espere o Deputado terminar de falar e aí se manifeste.

(Manifestações da galeria)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		25

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, olha só, nós tivemos vários Deputados que falaram, alguns até por dez minutos, e vocês foram agressivos com alguns deles. Então, peço que vocês se acalmem. Esperem o Deputado terminar de falar para depois se manifestarem. Vocês se manifestem após a fala dos Deputados. Ninguém vai ser violento. Apenas estamos pedindo para vocês se acalmarem, para garantirmos a fala de todos os Parlamentares. Todos os Parlamentares que quiserem falar nesta Casa, falarão.

S.Exa. não citou nome do sindicato; se tivesse citado o nome do sindicato de vocês, eu, como Presidente, faria uma questão de ordem.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, dando continuidade, o que precisamos é ter consciência do que está acontecendo no Distrito Federal. As causas já sabemos. Sabemos, inclusive, onde estavam as pessoas no momento em que todo esse caos estava sendo construído. Agora, estamos propondo medidas. O governo, mais uma vez, num gesto de reconhecimento, principalmente às ponderações feitas por alguns Parlamentares e por alguns setores da sociedade civil, abriu a discussão com relação a alguns dos projetos, mas existem dois projetos que aqui estão, já emendados, para que sejam votados. A nossa intenção, e já gostaríamos, Sra. Presidente, de fazer esse encaminhamento, de que possamos votar os dois projetos que estão sobre a mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Peço aos Deputados que preservemos os cinco minutos dedicados ao Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Prometo que serei breve, a fim de votarmos a ARO urgentemente.

Quero dizer, Sra. Presidente desta Casa, que, nas eleições de 2014, fui eleito com um projeto de mudança. E mudança não significa fazer mais do mesmo, significa não colocar na conta do cidadão a má gestão do Estado, a corrupção e, acima de tudo, alguns dispêndios feitos pelo governo. O cidadão, que já paga todos os dias essa conta, não pode mais pagar a conta dos desperdícios, dos desvios e da corrupção.

Quero aqui declarar que sou favorável, sim, à ARO como medida emergencial para solucionar o problema do salário dos servidores, que foram os primeiros prejudicados nos momentos de aperto, e conclamar a Secretaria do Tesouro Nacional a aprovar essa medida em defesa e em respeito aos servidores do Distrito Federal. Falo isso, Sra. Presidente, porque, logo após a aprovação desta Casa, por um processo que já está determinado em lei, é preciso a aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional. Peço ao Líder do Partido dos Trabalhadores que,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

junto ao Ministro da Fazenda, peça a autorização da ARO para o Distrito Federal, a fim de sanar as contas dos servidores da Saúde e da Educação e dos demais servidores do Distrito Federal.

Acredito que aprovar uma lei que aumenta os impostos significa que nada mudou, e os governantes não podem se acostumar a adotar essas medidas. Apresentei duas emendas: a de nº 20, que inclui os carros 1.0 na alíquota de 2,5%, e uma segunda emenda que apresenta ao Governo do Distrito Federal um meio termo no ITBI. Hoje, o ITBI é de 2%; a proposta do governo é 3%; e a minha proposta, apresentada na Emenda Modificativa nº 21, é que seja de 2,5%. Faço isso por entender que vivemos, sim, uma situação financeira caótica no Distrito Federal e não quero ser intransigente, quero construir um consenso para que esta Casa possa contribuir para a recuperação financeira do Distrito Federal.

O ciclo de colocar a conta no bolso do cidadão precisa ser rompido, sob pena de vermos esse governo, de cuja base sou, sair desacreditado desde o início. O governo precisa demonstrar isso e convencer que, de fato, tem compromisso com a mudança.

Os efeitos não valem para agora, valem para 2016, e eu gostaria de uma explicação plausível do porquê da urgência. Eu acredito que em seis meses podemos, sim, encontrar soluções para aumentar a arrecadação do Distrito Federal. Sugiro ao Governador Rodrigo Rollemberg que coloque em prática o REFIS – Programa de Recuperação Fiscal –, que ponha à venda os terrenos colocados na Novacap, os palácios, os carros oficiais, os instrumentos de mordomia dos dirigentes estatais e dos gestores públicos, mas deixe o cidadão fora disso, do pagamento dessa conta, e coloque-o somente como beneficiário das políticas públicas.

Quero aqui dizer e reafirmar que sou base deste governo, mas não sou inimigo do povo. Como diz um provérbio bíblico: quando o governo é justo, um país tem segurança, mas, se ele cobra impostos demais, a nação acaba em desgraça.

Para tudo o que vier em benefício do cidadão, já antecipo o meu voto. Voto “sim”.

Muito obrigado e que Deus os abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Júlio César. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidenta, Sra. Vice-Presidenta. Para mim, é um prazer imenso ocupar essa tribuna neste momento. Quero dizer que sou a favor de se votar “aro”, a bicicleta, qualquer coisa que for necessária para pagar aos funcionários públicos, porque fui funcionário público por trinta anos e sei a dificuldade que é.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		27

Eu venho aqui para falar de dois assuntos. Primeiro, desse pacote. A gente só fala as coisas boas, não fala as ruins, não é mesmo? Para tudo a gente pega Goiás como exemplo, mas nas coisas ruins: "ah, lá é 29%, lá é não sei o quê". Tudo bem, mas lá é lá, aqui é aqui. Por que não se abaixa o ICMS para os produtos produzidos de 17% para 3% como é em Goiás? É isso que eu quero saber também.

Eu não sou contra votar o pacote, desde que ele seja explicado para a comunidade, como para o próprio pessoal que é da base. Eu não sei se eu sou base, se eu não sou. Não sei nem o que eu sou neste momento. Eu não sei o que eu sou, mas eu sou povão. Tive 22.422 votos. Sou povão. E, por ser povão, penso que o povo tem que saber.

Então, eu queria conclamar aqui, agora, neste momento, todos os que estão presentes para, em vez de votarmos qualquer coisa, votarmos a ARO - a bicicleta, o que for - e chamarmos o povo para mostrar de onde se vai tirar esse dinheiro, onde vai ser gasto e como vai ser gasto, porque, senão, ninguém aguenta. Ninguém dá conta.

Se são dois projetos, e eu, na minha ignorância... A minha profissão é outra, e cada um, na sua, é doutor. Eu sou delegado aposentado. É igual a cobra sem veneno: pica, mas não mata. Fui delegado, mas hoje eu não tenho capacidade científica, de conhecimento, para dizer se eu estou apto a votar o pacotinho - que já deixou de ser pacotão, porque Pacotão vai ter no carnaval. Voltou a ser pacotinho aqui para nós.

Então, eu queria conclamar a Presidenta, o Líder do Governo, quem quer que seja, o próprio Marcos Dantas, que é o interlocutor: vamos discutir mais com o povo. É para o ano que vem ainda. Como diz o Líder do meu partido: cuidado para não amputarmos a perna errada. Não é nem a perna que está podre, não. É a perna errada, porque, depois, vai ter que amputar a podre, e aí desgraçou. Vai ficar é sem perna, Deputado Wellington Luiz.

Sra. Presidenta, conheço V.Exa. e tenho o maior prazer em ter votado em V.Exa. - melhor, em não ter votado, mas votaria, só não votei porque eu era candidato também e não poderia me trair. V.Exa. está demonstrando a capacidade que tem de ser Presidenta desta Casa. Eu conclamo V.Exa. para que fale com o Governador. Se é para o ano que vem, dá tempo de discutir com o povo, mas a ARO - e a bicicleta - nós vamos votar hoje.

Sra. Presidenta, meus amigos, eu venho pedir um favor a V.Exas., porque, na vida, tudo começa e termina. E isso é bíblico: do pó sairás e ao pó voltarás. A Fercal iniciou-se em mil, novecentos e antigamente. Tem sessenta anos. Sessenta anos tem a Fercal! Eu lutei igual a um maluco, e não era para cabide de emprego, não. Era para que a Fercal tivesse sua autonomia! Ela é a maior arrecadadora de ICMS e ICS. O povo de lá não merece ter extinta a sua RA. Lá vivem no penduricalho. Os senhores que são professores sabem. Lá não tem uma escola digna. Lá não tem um transporte digno. Lá não tem a polícia. Lá não tem nada! E

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		28

ainda querem acabar com a autonomia daquela cidade.

Eu conclamo os senhores a dar uma passada pela Fercal. Vejam o que tem lá! Lá não são 8 mil habitantes, lá são 25 mil habitantes! Não se faz retrocesso, Sra. Presidenta, Sr. Líder do Governo, Srs. Parlamentares. Conclamo os senhores a não deixarem esse retrocesso acontecer com a Fercal. Na Fercal há pessoas dignas, há pessoas trabalhadoras, há pessoas que necessitam da sua autonomia.

Então, Sra. Presidenta, eu venho pedir a V.Exa. que tenha capacidade de fazer com que esta Câmara se una em torno de um objetivo, que é o bem do povo, votando hoje a ARO e deixando os outros projetos para depois. Porque, se é para 2016... Nós estamos em 2015 e 2016 pode esperar um pouquinho.

Eu agradeço muito a complacência dos senhores, a complacência da minha Presidenta e dos meus pares.

Vejam isto: 28% no combustível, vinte e não sei quantos por cento no diesel. Faça a divisão, professor, divida lá tanto por tanto, se der 0,7, pode botar álcool; se não der, não coloque não. Espera aí, vamos ver. Porque, se abaixar o álcool – quem é que garantiu que vai abaixar o álcool? –, se vai abaixar o álcool... E disseram que não vai aumentar a gasolina. É a mesma coisa, Deputado Veras. Se nós tirarmos o ICMS do álcool, quem garante que ele vai abaixar? Mas garante que não vai subir, porque lá em Goiás é 29%. Negativo!

Eu sou a favor da punição que V.Exa. falou, Presidenta, da punição do ladrão de colarinho branco e de todos os que passaram: o governo passado, o repassado, o tripassado! Todos na cadeia! Lugar de ladrão, meu povo, é na cadeia. Muitas vezes, o ladrão do colarinho branco é o responsável pelo ladrão de galinha hoje que está roubando. Então, é cadeia neles e sem pena.

Digo mais, Presidenta. Ajude-me. Não coloque esta Câmara em divisão, não. Vamos votar logo bicicleta e ARO, vamos voltar à discussão do projeto.

Nós temos esse carnaval maravilhoso que vem pela frente, que não vai ter dinheiro, graças a Deus, mas vamos fazer. A gente discute esse trem. Quando for depois do carnaval, a gente volta a discutir o pacotinho e, se for o caso, a gente vota. O Pacotão sai no carnaval, a gente vê como é que vai ser o Pacotão no carnaval, e a gente vota depois. Então, para não haver essa divisão, eu queria pedir a V.Exa. para colocar a ARO e jogar o outro para lá um pouquinho. Nesse negócio de ITBI, o pobre está sendo afetado. ITBI alto nós não aguentamos. As casas todas são de cem mil contos, todos vão se lascar. Desculpem-me. Todos vão se lascar. Ajude-me, Presidenta.

Eu agradeço a V.Exa. Eu ainda tinha dois minutos, mas muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não, é porque eu não renovei o tempo. V.Exa. já havia gastado 7 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		29

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso povo que está aí na galeria, quero dizer para todos vocês que estou ansioso para votar a ARO, ou o salário dos servidores, ansioso, mas quero sugerir ao Governador Rodrigo Rollemberg, para aumentar a arrecadação do Distrito Federal... Há quatro itens que eu separei aqui para que fossem levados em consideração nos próximos meses.

Uma é a regularização dos condomínios do Jardim Botânico, da região do Colorado e das demais áreas irregulares do Distrito Federal. Hoje nós temos duas Brasília: a Brasília legal e a Brasília ilegal. A Brasília ilegal ultrapassa em pelo menos duas vezes mais a Brasília legal. Está na hora de o governo começar a regularizar essas áreas para poder arrecadar dinheiro com IPTU, arrecadar dinheiro com as transações imobiliárias, e também com a água, a energia elétrica, porque vai dar mais tranquilidade aos moradores dessas regiões, sem contar, sem dúvida, com o aumento da arrecadação para os cofres públicos. Diga-se de passagem, também, a regularização da cidade de São Sebastião para que todo morador tenha a sua escritura. O mesmo segue para o Paranoá, o Itapoã e outras cidades que se encontram também de maneira irregular.

O segundo item é aumentar a fiscalização e o combate à sonegação fiscal. Hoje, existe uma prática muito mais intensa da sonegação fiscal e, uma vez que se combata essa sonegação, você vai estar também aumentando a receita dos cofres públicos.

O terceiro item é facilitar a liberação dos alvarás das empresas, do comércio em geral. Ao se dificultar a liberação dos alvarás, as empresas deixam de ganhar dinheiro, de produzir, e, se elas não produzem, também não têm como pagar seus impostos. Isso significa menos dinheiro de impostos para os cofres públicos.

O quarto item é incrementar o setor produtivo e comercial do Distrito Federal como forma de gerar emprego e divisas para o Estado, porque acredito que a força do trabalho se dá através da industrialização do Distrito Federal. Se Brasília é a capital do serviço público, deve ser também a capital do desenvolvimento econômico e social através do incentivo às empresas, preferencialmente empresas que possam gerar mais e mais empregos no Distrito Federal. O índice de desemprego no Distrito Federal está muito grande e eu temo muito por aqueles trabalhadores que estão há meses procurando emprego e não conseguem porque o setor produtivo, ou seja, a iniciativa privada já não tem mais condições de gerá-los em Brasília. É importante que governo e sociedade possam se unir neste momento para garantir não só os empregos, mas também fazer com que o Estado possa se desenvolver.

Essas são as minhas considerações neste momento. Acredito que deva haver esse contraponto. Aqui ficam as minhas sugestões para o Governo do Distrito Federal. Não acredito que haja desenvolvimento com corte na indústria. É necessário que se fortaleça o setor produtivo do Distrito Federal como um todo para gerar mais emprego e renda para todo o Distrito Federal.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, aproveito a minha oportunidade de fala e abro mão dela, mas quero reiterar a minha questão de ordem a V.Exa., quando nós solicitamos a inversão de pauta para que possamos votar o item nº 1, que é o projeto 142; o item nº 2, que é o projeto dos defensores; e o item nº 3, que é a ARO, o mais rápido possível. Então, abro mão da minha fala para que possamos votar rapidamente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputada Luzia de Paula, obrigada pela compreensão de V.Exa. Acato o encaminhamento de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde. Boa tarde aos trabalhadores, trabalhadoras, Deputados, Presidente. Eu, primeiramente, quero parabenizar o Governo do Distrito Federal, o Governador Rodrigo Rollemberg, por ter recuado retirando esse pacote de aumentos do IPTU, da TLP, enfim, uma série de aumentos que iam, evidentemente, dificultar mais ainda a vida dos cidadãos aqui do Distrito Federal.

Todo mundo sabe que o mundo vive uma crise. Os Estados Unidos, a Europa, países como a França, como a Itália, a própria Espanha, com desemprego altíssimo, a Grécia nem se fala; e evidentemente o Brasil não escapa disso. A crise é mundial, o Brasil faz parte do mundo, e a crise também chegou aqui.

Evidentemente, existe uma lógica, essa tal lógica do mercado de que quando há crise quem tem que pagar o pato são os trabalhadores. Se há crise aumentam-se impostos. Eu quero falar para nossa Presidente, Deputada Celina Leão, que fez um paralelo entre os aumentos do Governo Federal e os aumentos do GDF, querendo justificar o pacote do Governo do Distrito Federal com os aumentos do Governo Federal, que ambos estão errados.

A Presidente Dilma erra quando joga, quando tira conquistas de trabalhadores e quando aumenta impostos, e o Governador Rodrigo Rollemberg também erra quando manda para cá um pacote de impostos com uma carga extremamente pesada para a classe trabalhadora.

Então, deixar bem claro que não se trata de questão partidária, política, de Governo Federal ou Governo do Distrito Federal. Nós precisamos defender a classe trabalhadora, e é por isso que na quinta-feira eu estava aqui já tentando votar a ARO. Na quinta-feira a gente já podia ter resolvido a questão dos trabalhadores do Distrito Federal, mas trouxeram para hoje. Hoje a gente deveria estar discutindo aqui, ganhando tempo, só essa questão dos aumentos. Eu não tenho problema – eu acho um erro aumentar impostos, quanto mais em uma crise como essa –, é um erro, mas não tem problema fazer a discussão, o debate, precisamos que o governo seja claro, seja transparente. Onde está o problema? Onde não fecham as contas?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		31

Deputado Joe Valle, com todo respeito a V.Exa., mas justificar esse aumento de alguns impostos hoje, querer aprovar o pacotinho, como foi chamado aqui, agora, justificando que só através dele nós vamos conseguir honrar os acordos coletivos que o governo passado fez é um absurdo. Isso é um absurdo. Nós temos outros mecanismos, outros meios de enxugar, de economizar para que o Estado honre seus compromissos com os trabalhadores e com os demais fornecedores, e não simplesmente aumentar impostos e jogar em cima do trabalhador essa questão.

Então eu queria pedir aos nobres Deputados que tenham calma. Como foi dito aqui, esse problema, que sabemos que existe, do orçamento do Distrito Federal é todo para o ano que vem. Vamos conversar com o setor produtivo, que tem representantes aqui. Vamos conversar com as categorias de trabalhadores, com os sindicatos. Vamos mostrar o tamanho do rombo. A partir daí começamos a construir as saídas. Existem outras saídas que não são essas de aumento de impostos.

Então eu queria pedir ao Líder do Governo, à Presidente desta Casa que continuemos este debate, mas que hoje só se aprove a ARO, para resolver essa questão definitiva dos salários atrasados dos trabalhadores e a questão da PELO dos servidores da Defensoria Pública. Eu acho que está bom demais. Então, que continuemos o debate para ver o que realmente é preciso e qual o tamanho e a real necessidade de aumentarmos impostos no Distrito Federal. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Ricardo Vale. Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Sra. Presidente, Srs. Deputados, servidores da Casa, imprensa e os nossos amigos visitantes que estão nesta Casa hoje. Eu subo à tribuna para fazer o meu primeiro pronunciamento sabendo da importância e da responsabilidade do mandato que o povo do Distrito Federal me outorgou.

Minha primeira experiência política foi aos 13 anos, quando meu pai, o ex-Deputado Leonardo Prudente, então candidato pela primeira vez, veio pedir o meu apoio para sua primeira campanha eleitoral. Naquela oportunidade, aproveitei para negociar. Disse que eu o apoiaria desde que me promettesse a construção de uma quadra de esporte multiuso onde eu morava, pois não havia nenhuma ali.

O tempo passou, e aos 15 anos comecei a trabalhar e também a ter outras prioridades. Mas nunca me esqueci da falta que faz um incentivo do governo aos jovens na prática de esportes. Alguns anos depois, já do outro lado do balcão, como empresário, pude sentir na pele as dificuldades do setor produtivo pela imensa carga tributária, muitas vezes com muita indignação, ao ver o Poder Executivo e o Legislativo criarem ou aumentarem taxas e impostos para financiar a sua pesada máquina, muitas vezes inoperante e onerosa, e a sociedade pagando a conta.

Defendi durante a nossa campanha, aos quatro cantos do Distrito Federal, a geração de emprego e de novos postos de trabalho, com a convicção de que isso só

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	32	

seria possível se o governo e o Poder Legislativo defendessem com vigor os três pilares que incentivam a geração de novos empregos e novas empresas. São eles: 1) eliminar a burocracia para a obtenção de alvarás e habite-se. Desde já parabeno o Governador pela criação da subsecretaria dentro da Secretaria de Habitação, pois facilitará tudo isso. 2) Facilitar o acesso ao crédito junto ao BRB, que é um banco nosso, especialmente aos pequenos e microempresários, que são responsáveis por 80% da geração de empregos dentro do Distrito Federal. 3) Redução da carga tributária, eliminação de algumas taxas de emolumentos e simplificação dos procedimentos junto ao Fisco através da revisão da nossa legislação tributária, que é muito complexa.

No sentido contrário a tudo aquilo em que acreditamos e que defendemos durante a campanha, o governo encaminhou a esta Casa o denominado "Pacto por Brasília", propondo o leilão de dívidas do GDF junto aos fornecedores e prestadores de serviços e o aumento das alíquotas de IPTU, TLP, IPVA, ICMS e outras mais com o objetivo de restabelecer o equilíbrio fiscal e financeiro do GDF.

Primeiramente, quero fazer algumas ponderações sobre o projeto que trata do leilão de dívidas. Se aprovarmos esse projeto, vamos estabelecer total insegurança nos contratos futuros ao criar uma ilegitimidade e até, ao mesmo tempo, o enriquecimento ilícito do Estado.

Eu pergunto: como fazer leilão daquilo que se deve? É uma declaração de insolvência do Estado? Como será para restabelecer a confiança no mercado? Os bons fornecedores vão continuar vendendo para o governo? Quando será o próximo calote? No caso dos prestadores de obras e serviços, cujos preços são tabelados e limitados pelos órgãos de controle, inclusive pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. Se abrirmos esse precedente, talvez seja necessário incluir nos contratos um percentual com a rubrica percentual de calote, que se acrescente nas planilhas também. Entendo que o GDF deve leiloar aquilo de que é credor, 15 bilhões da sua carteira de dívida ativa, e não o que deve.

Quanto ao projeto que trata do aumento das alíquotas do IPTU, do IPVA e do ICMS, quero compartilhar com meus pares a reportagem do *Correio Braziliense* do último sábado, com o título *Lojas Fecham As Portas em Brasília*. Segundo dados da Associação Comercial, só nas Asas Sul e Norte, 21% dos estabelecimentos comerciais estão fechados, sendo a principal causa o excesso de carga tributária.

Será que aqueles que sobreviveram poderão suportar esses aumentos? O assalariado já endividado no cheque especial está preparado para absorver esses aumentos? Será que não temos alternativas? Será que não poderíamos ampliar essa discussão? À exceção do IPVA para carros novos, todas as demais proposições são para 2016 e poderão ser apreciadas até o final deste ano.

O próprio Secretário de Fazenda, em sua exposição de motivos, sugere a ampla participação da sociedade, em especial a da Câmara Legislativa do Distrito Federal, do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do CREA – Conselho

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		33

Regional de Engenharia e Agronomia, e do CRECI – Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

Em recente entrevista, os Deputados Joe Valle e Reginaldo Veras, por exemplo, também defenderam mais discussão sobre tais aumentos, já noticiados. Eu gostaria de discutir formas de ampliar a base de arrecadação, rever todas as renúncias fiscais, rediscutir a redução do tamanho do Estado e, com certeza, encontrar uma saída menos traumática para toda a população.

Deixo aqui, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu apelo, que já é consenso nesta Casa, no sentido de que votemos o quanto antes a ARO. Com relação a esses projetos de aumento de impostos, a gente tem tempo para avaliar e amadurecer melhor essa ideia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a nossa última oradora inscrita, Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. A minha fala será bastante rápida porque em poucos minutos nós vamos começar uma votação. Eu quero ser o mais breve possível.

Na realidade, quero registrar meu apoio à ARO e mencionar que apresentei uma emenda em que vinculamos o recurso da ARO exclusivamente ao pagamento do salário dos servidores. Nós vamos vincular isso para que esse recurso seja exclusivo para o pagamento dos senhores e das senhoras.

Quero mencionar também que a decisão desse Governo Rollemberg em optar pela ARO vai custar caro. Não é uma decisão simples, porque esse empréstimo tem juros, juros esses que não são poucos. Os juros são altos, para poder cumprir com o pagamento do salário dos servidores – 15% de juros não é um valor baixo – e para cobrir o buraco que ficou do governo passado, visto que os senhores e as senhoras não merecem ficar sem os seus devidos salários. É realmente de direito vocês receberem.

Eu gostaria de mencionar o nosso posicionamento. Estamos de acordo com a ARO, vamos votar favoravelmente hoje para que os senhores e as senhoras sejam atendidos com a maior celeridade. Esse governo está dando o que foi deixado para trás pelo outro governo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 100, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	34	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores temos acordo para votar única e exclusivamente a ARO. Não sou professor, mas devo alertar esta Casa e os Deputados que estão chegando de que existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que qualquer matéria votada no momento em que a pauta está trancada por vetos é nula de pleno direito.

Portanto, estamos alertando que existe essa decisão do Supremo Tribunal Federal e que nós da bancada do Partido dos Trabalhadores não temos acordo para votar aqui hoje o aumento de impostos. V.Exa. exerceu com brilhantismo a oposição aqui durante quatro anos e sabe disso, juntamente com a Deputada Liliane Roriz e a Deputada Eliana Pedrosa, que eram Oposição. Hoje muita gente critica, mas aqui 90% que são base do Rollemberg hoje, foram base do Agnelo.

Estou pegando o testemunho de V.Exa., que nunca permitiu votação de uma única lei que não tivesse acordo das Lideranças. Portanto, devo alertar que a bancada do Partido dos Trabalhadores, os quatro Deputados do Partido dos Trabalhadores, não votará e não concordará com esse sobrestamento, se não for tão somente para votação da ARO.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência não acata a solicitação do Deputado Chico Vigilante. No passado, por várias vezes neste plenário como Deputada de Oposição, eu não concordei. Em muitos momentos entrei com ações na Justiça e perdi todas elas. Esta Presidência não acata a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, no nosso caso há acordo apenas para a votação da ARO e da PELO dos defensores públicos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pergunto aos demais Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, conforme entendimento dos membros do Bloco Força do Trabalho, composto por cinco Deputados, nós concordamos em votar os itens que estão na pauta. Para os Projetos nº 141 e nº 142 houve acordo e a orientação desta Liderança é que possamos votar os dois projetos conforme definição da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel, pela Liderança do Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sim.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	35	

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Votação *ok*. Obrigada.

Pela maioria de três Líderes contra dois Líderes, nós iremos colocar em votação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há decisão do Supremo no sentido de que, havendo o sobrestamento, não é possível ultrapassar a causa do sobrestamento, que são os vetos, se não houver consenso dos Líderes. O acordo não é o entendimento da maioria, mas o entendimento do consenso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, eu quero ler para V.Exa. o art. 35 do nosso Regimento Interno: “Sempre que possível, as deliberações do Colégio de Líderes serão tomadas mediante consenso entre seus integrantes ou, na falta deste, prevalecerá o critério da maioria, calculando-se o voto dos Líderes em função da expressão numérica de cada bancada.”

Dá 15 a 9, pelas três Lideranças que votaram aqui.

Quero lembrar a V.Exa., Deputado Chico Leite, com todo o respeito que tenho por V.Exa., que, por muitas vezes no Colégio de Líderes, eu, a Deputada Liliane Roriz e a Deputada Eliana Pedrosa não concordávamos no plenário – com ampla maioria aqui às vezes, ou sem tê-las – e éramos derrotadas. Tenho três ações julgadas pelo TJ, depois eu as encaminho ao gabinete de V.Exa. Inclusive há decisão. Eu fui desrespeitada pelo Colégio de Líderes neste plenário. Na vez que votamos, nós tínhamos a maioria. No entanto, como vocês tinham mais líderes, nós perdemos aqui no plenário. Eu entrei na Justiça e a decisão foi de que era uma decisão *interna corporis*.

Eu acho que a melhor forma, Deputado Chico Leite, de mostrar à sociedade é votar. Vote contra ou a favor, mas vote.

Portanto, essa Presidência não acata a questão de ordem de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Bom, eu queria só fazer um esclarecimento.

Sra. Presidente, não foi evidentemente nem com o meu apoio, nem com a minha palavra, e muito menos com o meu voto, que V.Exa. ou qualquer outro Parlamentar ou qualquer outra colega Parlamentar foi, como V.Exa. disse, atropelada. Eu jamais admitiria isso! Eu defendo o Estado de Direito.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		36

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Se V.Exa. quiser pegar as notas taquigráficas, saberá que o dia em que fui derrotada aqui no plenário foi com o voto de V.Exa. Voto contrário!

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois é! A diferença é que eu não acredito que tenha sido... Eu queria...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu até quero relembrar a votação, Deputado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Vamos fazer o seguinte...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vamos fazer o debate, Deputado Chico Leite. Quem se achar prejudicado dentro desse processo de votação, nós temos os mecanismos judiciais. Podem buscá-los!

DEPUTADO CHICO LEITE – Isso! Eu ia propor a V.Exa. exatamente um paradigma. Não tenha dúvidas de que eu nunca contrariarei, seja no governo, seja na Oposição, o Estado de Direito. Eu tenho ação judicial perdida do tempo do primeiro Governo Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu perdi três, Deputado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois é! Eu tenho, e jamais me posicionei lá. Eu estou gastando algum tempo, mas é para dizer a V.Exa. que eu não encaro isso aqui como um jogo de futebol em que jogam Flamengo e Vasco. Quem é Oposição hoje pode ser Governo amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Claro!

DEPUTADO CHICO LEITE – De maneira que eu acho importante nós formarmos uma convicção. Eu já sugeri outrora que se pegasse a posição, não dos líderes, porque aí não há consenso, mas dos colegas em plenário. Sim! Superamos ou não? E pegava o voto individual, inclusive para superação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Leite, eu não acato a questão de ordem de V.Exa. Vamos encaminhar a votação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Está bem, mas eu queria, de qualquer maneira, que V.Exa. deixasse o registro da minha questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está registrado, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 142, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a pauta de valores venais de terrenos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		37

e edificações para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, altera as Leis Federais nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, e nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, e as Leis nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, nº 3.168, de 11 de julho de 2003, nº 3.804, de 8 de fevereiro de 2006, nº 3.830, de 14 de março de 2006, nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, nº 4.242, de 10 de novembro de 2008, e nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, e dá outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Tramitação concluída. Foram apresentadas oito emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas de plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu indago à V.Exa. o inteiro teor desse projeto que não foi distribuído aqui. Nós queremos cópias de todas as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Pode pegá-las! As cópias estão aqui.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu quero que elas sejam distribuídas a todos os Parlamentares. Nós não podemos votar sem saber o que está sendo votado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, eu fui Deputada aqui durante quatro anos e todas as vezes em que eu queria emendas, eu encaminhava a minha assessoria para solicitá-las. Pode solicitar as suas emendas!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputada, eu não creio que os Deputados que estão aqui estejam dispostos a votar sem saber o que estão votando.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e pede a Assessoria de Plenário que encaminhe cópias das oito emendas aos Deputados Distritais.

Informo aos Deputados que as emendas já estão disponíveis, inclusive, no *site* da Câmara Legislativa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço vista para tomar conhecimento do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não tem vista, Deputado Chico Vigilante, porque é um parecer.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		38

Vou suspender a sessão por cinco minutos, para que a Assessoria de Plenário possa providenciar as cópias.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, tem vista. Não quero dificultar o trabalho de V.Exa., mas na primeira sessão com votação que V.Exa. comanda, é importante que façamos as coisas direito.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Claro. V.Exa. pode ter certeza de que as coisas serão feitas direito, bem melhor do que como era no governo passado.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h25min, a sessão é reaberta às 18h34min.)

(Sessão suspensa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Agaciel Maia, para emitir parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de ter novamente o processo em mãos, tendo em vista que as emendas apresentadas em plenário, o pessoal pegou o processo para tirar cópias e distribuí-las aos Parlamentares.

Portanto, estou aguardando a volta do processo à Mesa, para que eu possa analisá-las. (Pausa.)

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 142, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a pauta de valores venais de terrenos e edificações para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, altera as Leis Federais nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, e nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, e as Leis nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, nº 3.168, de 11 de julho de 2003, nº 3.804, de 8 de fevereiro de 2006, nº 3.830, de 14 de março de 2006, nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, nº 4.242, de 10 de novembro de 2008, e nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, e dá outras providências”.

Em relação às Emendas Modificativas nºs 16 e 17, apresentadas pela Deputada Liliane Roriz, esta relatoria opina pela sua inadmissibilidade. Há uma informação de rodapé de que a Emenda Modificativa nº 17 foi retirada pela Deputada Liliane Roriz. Em relação à Emenda nº 18, também apresentada pela Deputada Liliane Roriz, esta relatoria opina pela sua inadmissibilidade. A Emenda Modificativa nº 19 foi retirada pela autora, Deputada Liliane Roriz.

Em relação às Emendas Modificativas nºs 20 e 21 apresentadas pelo Deputado Rodrigo Delmasso, esta relatoria opina pela sua inadmissibilidade. O relator acata e considera admissível a Emenda de Primeiro Turno nº 22, supressiva, que faz apenas uma correção no processo, porque foram excluídos tanto o IPTU

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	39	

quanto a TLP, mas o inciso III do art. 14 faz referência a eles. Então, também teria que ser suprimida do texto essa alteração. Portanto, esta relatoria acata a Emenda Supressiva nº 22, de 1º turno, porque aperfeiçoa o processo.

Em relação à Emenda Modificativa nº 23, apresentada pelo Deputado Reginaldo Veras, esta relatoria opina pela sua inadmissibilidade. Apesar de reconhecer a importância de cada uma das emendas apresentadas em plenário, havia um desarranjo na estrutura do projeto que foi apresentado e que ora está sendo votado.

Por esses motivos, este relator opina pela inadmissibilidade dessas emendas modificativas, acatando apenas a emenda supressiva.

Este é o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Peço só um minuto, Deputado Chico Leite, pois estamos discutindo o parecer.

Continua em discussão.

Concedo a palavra a Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, é exatamente a esse respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há uma resolução, de autoria da Deputada Liliane Roriz, aprovada por nós no ano passado, que exige a leitura integral de todas as emendas antes da votação. Trata-se da Resolução nº 272, de 2014, de autoria original da Deputada Liliane Roriz. Eu lembrei porque fui coautor dessa matéria, que é importantíssima para nós. Eu queria o cumprimento dela.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Leite. Acato a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que leia as emendas encaminhadas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, esta leitura das emendas... Tivemos que suspender a sessão para distribuir as cópias e, automaticamente, ao se distribuírem as cópias, a exemplo do que se faz com as atas de reunião, cuja leitura é dispensada para que não fiquemos cansados nem cansemos ninguém... Tudo bem. Eu vou fazer a leitura, mas isso é inócuo, porque, inclusive, eu já me manifestei pela inadmissibilidade. Já foi distribuída cópia. Mas, se for para sairmos daqui à meia-noite, vamos nessa!

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		40

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acho que essa leitura não é viável. O governo mandou para esta Casa um pacote. Ele tem uma base. Quem quiser que vote sem a emenda. Quem não quiser vota com a emenda. Esse negócio de ficar aqui, protelando, enrolando... O povo já não aguenta mais. A ARO tem que ser votada. Vamos logo com isso!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pergunto aos Líderes – o Colégio de Líderes é soberano – se S.Exas. dispensam a leitura das emendas.

Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Voto pela dispensa da leitura, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Nosso bloco vota pela dispensa da leitura, Sra. Presidente, mas insistimos na inversão da pauta, para que possamos votar a ARO.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Já estamos em votação, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, meu encaminhamento é também pela dispensa da leitura das emendas, tendo em vista a urgência da votação da ARO.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, sou cumpridor de normas, e a norma colocada pela Deputada Liliane Roriz foi exatamente para que todos os Parlamentares votassem cientes do que está sendo votado e para que a sociedade tomasse conhecimento.

Portanto, sou pela leitura.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, não sei por que o Deputado Chico Vigilante quer me castigar. Mas tudo bem. Também sou favorável à dispensa da leitura das emendas, tendo em vista que estão sendo distribuídas cópias e que já suspendemos a sessão em decorrência disso. Considero redundante distribuirmos cópias e, ao mesmo tempo, fazermos a leitura.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência consultou a Assessoria de Plenário, e foi dispensada a leitura das emendas.

Continua em discussão. (Pausa.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 02 2015	16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	41	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas de Plenário está aprovado com 21 Deputados. Houve 8 votos contrários.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas ao Projeto de Lei nº 142, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a pauta de valores venais de terrenos e edificações, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, altera as Leis Federais nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, e nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, e as Leis nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, nº 3.168, de 11 de julho de 2003, nº 3.804, de 8 de fevereiro de 2006, nº 3.830, de 14 de março de 2006, nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, nº 4.242, de 10 de novembro de 2008, e nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, e dá outras providências”.

Restou a Emenda nº 22, de primeiro turno, de caráter supressivo, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que visa a excluir a matéria relativa à TLP.

Esta relatoria vota favoravelmente à matéria, encaminhando-a nesse sentido.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ sobre as emendas está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 8 votos contrários.

Em discussão o projeto, em primeiro turno.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		42

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo do Distrito Federal mandou esse pacote, que estou chamando de pacote da maldade, aqui para a Câmara Legislativa. S.Exa., o Governador, mandou um conjunto, mandou tudo junto, e nós, da Oposição, até que colaboramos, porque falamos que havia uma série de medidas dentro do projeto que precisavam de 16 votos a favor, em dois turnos.

O governo verificou, viu que era verdade e fez o fatiamento do projeto. Separou a parte mais terrível para mandar daqui a quinze dias. E, aí, vale ressaltar a importância que teve a imprensa do Distrito Federal, basicamente o *Correio Braziliense*, o jornalista Arthur Paganini, que dissecou o projeto e mostrou os absurdos contidos nele. O que está lá dentro e depois virá para cá não é 20% de aumento do IPTU, Deputado Joe Valle. Existe localidade no Distrito Federal em que haverá 659% de aumento. Portanto, se pegarmos 659% de aumento, aplicando o INPC e mais 20%, anualmente, acho que essa região vai levar 39 anos para se livrar dessa dívida. Vai ficar dívida para os netos e bisnetos. No caso aqui do Plano Piloto, que é de 109, Deputado Chico Leite, V.Exa., que mora aqui no Plano, é um promotor novo, vai levar muito tempo ainda para se aposentar, mas a verdade é que a maioria dos moradores do Plano Piloto já são pessoas que vieram para Brasília, conseguiram se estabelecer aqui no Plano Piloto e agora são aposentados – todo mundo sabe da redução dos proventos dos aposentados – e vão levar essa garfada. Vão levar essa garfada, Deputado Wellington Luiz. Isso vai vir daqui a quinze dias.

Portanto, estou aproveitando muito mais aqui o espaço de debate para mostrar para a sociedade o que está sendo engendrado aqui. Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, vamos apresentar um conjunto de medidas que têm, Deputado Chico Leite, como reduzir despesas sem mexer da maneira que o governo está mexendo no bolso do contribuinte.

Eu fico imaginando como é que deve estar neste momento o Senador Reguffe, que fez um compromisso com o candidato Rodrigo Rollemberg pela redução do ICMS dos medicamentos. Ia zerar o ICMS dos medicamentos. São 300 milhões por ano. Eu acho legal, 300 milhões que se deixam de arrecadar. Não zeraram porque o que zerou foi o do medicamento genérico, e a maioria dos medicamentos genéricos já não tem imposto.

Portanto, não quero aqui dar lição em ninguém, mas não quero ser responsável por essas coisas. Não quero ser responsável pelo aumento da TLP, mas também não quero ser responsável pelo aumento do ICMS da gasolina, que é o que vai aumentar agora, Deputado Agaciel Maia.

Deputado Prof. Israel, V.Exa. que é professor, fico imaginando os professores dos cursinhos aí que sequer têm carteira assinada – e os cursinhos também estão em declínio – imagino o tanto que eles vão ficar bravos quando chegarem ao posto de gasolina e souberem que 4,5% do aumento que ela vai ter

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		43

foram dessa anomalia votada aqui hoje. Mas a sociedade precisa saber disso, precisa saber.

Eu sempre disse que não faço na Oposição o que eu não faço no governo. E, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, barramos, antes que viessem a esta Casa, antes que o Governador Agnelo Queiroz mandasse um pacote de maldade em 2011, um pacote de maldade em 2012, um pacote de maldade em 2013 e um pacote de maldade em 2014. Nós não aceitamos isso, mas aceitamos e achamos que estava correto, que estava justo, dar aumento para os servidores, e esta Casa votou todos os projetos de aumento por unanimidade. Eu não conheço um Deputado que tenha votado contra. Portanto, agora não venham querer meter a mão no bolso do contribuinte, dizendo que é para pagar servidor porque não é. Não é! Portanto, arrumem outra justificativa, Deputado Wellington Luiz, não podem dizer que a culpa é dos policiais, que a culpa é dos professores, que a culpa é dos médicos e dos enfermeiros. Não é! Há alternativas, e nós vamos apresentá-las.

Disseram aqui: “mas a Dilma está fazendo isso também”. Eu tenho coragem e me posicionei através dos meus vídeos dizendo que a Dilma está errada! Não deve fazê-lo também! Devia fazer o que está sendo feito na Grécia hoje: um presidente de esquerda se elegeu, está sacudindo o mundo, mas não aceita as medidas terríveis que querem que ele implante naquele País.

Por isso, nós vamos votar contra esse projeto e vamos pedir votação nominal para que a sociedade saiba quem votou a favor.

(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que a votação seja nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, seria interessante os Líderes fazerem o encaminhamento da votação antes de se começar a chamada nominal, já que a votação era pelo processo simbólico, e agora estamos fazendo com lista de presença.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato parcialmente o pedido de V.Exa. Para dar agilidade, peço que a Liderança de Governo faça o seu encaminhamento, e os Deputados que forem contrários não acatem o encaminhamento da Liderança de Governo.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		44

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o encaminhamento é no sentido da aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

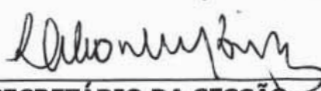


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 10/02/2015

**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL**VOTAÇÃO EM: ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO☐ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☒ CESC☐ CDESCMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):☒ PROJETO DE LEI Nº(S): 142/2015☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO☐ AUTORIA: DEPUTADO☒ Poder Executivo☐ RELATORIA: DEPUTADO

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBS	DV
AGACIEL MAIA	PTC	X					
BISPO RENATO	PR			X			
CHICO LEITE	PT		X				
CHICO VIGILANTE	PT		X				
CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
DR. MICHEL	PP			X			
JOE VALLE	PT	X					
JUAREZÃO	PRTB	X					
JULIO CESAR	PRB	X					
LILIANE RORIZ	PRTB	X					
LIRA	PHS	X					
LUZIA DE PAULA	PEN	X					
PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
PROF. ISRAEL	PV	X					
RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
RICARDO VALLE	PT		X				
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
RODRIGO DELMASSO	PTN			X			
SANDRA FARAJ	SD	X					
TELMA RUFINO	PPL	X					
WASNY DE ROURE	PT		X				
WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L		12	5	7			


SECRETÁRIO DA SESSÃO

DEPUTADA LILIANE RORIZ

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8793

www.cl.df.gov.br

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10 02 2015		16h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA		45

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 12 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 141, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício de 2015".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária para discussão e votação em segundo turno dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 142, de 2015; Projeto de Lei nº 141, de 2015; e Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 74, de 2015.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h02min.)